

Jornal laboratório do curso de Jornalismo
da Universidade Católica de Pernambuco | Unicap

O BERRO

Foto: Leila Jinkings

Patrimônio do Recife

NESTA EDIÇÃO

Arquitetura moderna
ameaçada por demolições
Página 03

Medo altera estética de
edifícios residenciais
Página 05

“Projetos malucos”
tentam repensar a cidade
Página 05

Rua Velha sofre com
falta de manutenção
Página 07



Carta ao leitor

Um tesouro ameaçado

Foto: Mariana Almeida



TRADIÇÃO Casarão restaurado destaca beleza do Bairro do Recife

Uma cidade que passa por uma rápida transformação corre o risco de apagar o seu passado. Essa é uma situação vivenciada no momento pelo Recife, onde um processo de adensamento e verticalização provoca, em algumas áreas, um verdadeiro extermínio do patrimônio construído. É com o objetivo de constatar essa situação e alertar para o seu perigo que esta edição de O Berro é dedicada ao patrimônio arquitetônico.

O jornal tenta traçar um panorama da situação desse patrimônio, que, com di-

ficuldade, vem atravessando décadas e, em alguns casos, séculos.

A capital pernambucana ocupa agora o pouco honroso 21º lugar no posto de cidades com mais arranha-céus no mundo, de acordo com uma pesquisa feita na Alemanha. Uma reportagem mostra o porquê de essa tendência ter surgido e se espalhado no mundo.

Em outra reportagem, conta-se o motivo pelo qual a arquitetura influencia o estilo de vida dos moradores. Um dos exemplos é como o medo

da violência tem alterado a arquitetura dos edifícios.

Curiosamente, é de jovens arquitetos que surgem ideias inovadoras, como é o caso dos projetos de conclusão de cursos de arquitetura, nos quais são apresentadas ideias, hoje consideradas malucas, mas, talvez, necessárias no futuro.

Há, no Recife, casos de construções importantes que viraram oficinas mecânicas, lojas ou, simplesmente, salões de festa. Em todo esse processo, não ajuda em nada a lentidão dos órgãos de fiscalização, como o Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e falta interesse aos cidadãos em cuidar da própria história.

Uma das coisas que tem preocupado os especialistas em preservação é a mudança de perfil de algumas áreas da cidade. É o caso do centro, onde um empreendimento causa polêmica com as chamadas Torres Gêmeas, (os edifícios Pier Duarte Coelho e Pier Maurício de Nassau), que mudam o estilo arquitetônico em torno do Cais de Santa Rita.

Mesmo tombado, o tra-

dicional bairro do Recife vem perdendo o encanto. Os atuais proprietários não temem a represália e descaracterizam as fachadas originais das construções.

O jornal mostra também que, no bairro do Pina, um conjunto residencial dos anos 70 é alvo da cobiça de grandes construtoras. Muitos moradores não resistem ao alto valor oferecido pelas empresas.

A arquitetura moderna dos anos 30 aos anos 50, agora ameaçada, também é assunto para uma de nossas reportagens.

EXPEDIENTE

O BERRO

O BERRO é uma publicação da Disciplina Jornal-Laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco.

Rua do Príncipe, 526 - Boa Vista - Recife-PE 50.050-900
CNPJ 10.847.721/0001-95 Fone: (081) 2119.4000
Fax: 81 2119.4222 | site: www.unicap.br/oberro

Coordenador do Curso de Jornalismo
Alexandre Figueirôa

Professor Orientador
Marcelo Abreu

Subeditor
Milton Couto

Repórteres
Alexandre Dias de Amorim
Beatriz Braga
Bernardo Valença
Camila Lindoso
Emanuelle Carvalho
Mariana Barros de Almeida
Milton Couto
Gabriela Vasconcellos
Rafaela Galindo
Yuri Bruscky

Revisão
Fernando Castim

Diagramação
Flávio Santos

Impressão
FASA

Construções modernas pedem socorro

MILTON COUTO

Mesmo entre tantos es-pigões na cidade do Recife, as construções modernas continuam a ter o seu destaque. Elas foram projetadas e edificadas entre os anos 1930 e 1960. No entanto, dos 37 prédios identifi-cados na pesquisa intitulada “Estudo para a preserva-ção da arqui-tetura moder-na na cidade do Recife”, realizada pelo arquiteto e mestre em Desenvolvi-mento Urbano Marcelo Freitas, metade ainda não tem pro-teção legal do Instituto do Patrimônio Histórico e Ar-tístico Nacional (Iphan). O trabalho foi apresentado no seminário Documentação e Conservação do Movimen-to Moderno (Docomomo), no ano de 2007.

No início dos anos 30, a febre de construir edifícios e casas com detalhes futu-ristas se espalhou com fachadas recortadas e posicio-nadas na diagonal, amplos ambientes, janelas contínuas, justa-posição entre pla-nos, formas puras, ausência exagerada de adornos, pre-dominância da cor branca.

De acordo com a ar-

Luiz Nunes projetou no Recife obras importantes, nos anos 30, inspiradas no alemão Walter Gropius

quiteta e urbanista Rapha-ela Siqueira, que atualiza o Blog da Arquiteta na Inter-net, a arquitetura precisou do Modernismo para se reinventar. “Antes do Movi-mento, as construções eram maciças, ornamentadas, e os projetos seguiam receitas rígidas de composição. Até hoje, muitos dos métodos construtivos são baseados nas modificações geradas pela modernidade”.

O Recife foi contempo-

Foto: Milton Couto



MODERNISMO Casa construída em 1958 resiste na av. Rui Barbosa sem proteção do Iphan

râneo com o restante do mundo quanto à chegada do Modernismo no campo da arquitetura, trazida pelo mineiro Luiz Nunes.

Na região metropolita-na, Nunes projetou obras como a Caixa D’água de Olinda, também em 1937; o Hospital da Brigada Mi-litar, no bairro do Derby, de 1935; a Usina Higieniza-dora do Leite, de 1935, no bairro dos Coelhoos, com inspiração nos projetos do alemão e fundador da Escola Bauhaus, Walter Gropius.

Já para projetar a Escola Rural Alberto Torres, no bairro de Tejipló, em 1937, Luiz Nunes teria ido buscar inspiração na forma ar-quitetônica do Palácio dos Sovietes, projetado pelo arquiteto suíço Le Corbu-sier, em Moscou, na Rússia (mas nunca construído). “O grande diferencial das cons-truções modernas é que, no âmbito local, existe um

flerte entre a escola e a tra-dição. Os cobogós de Luiz Nunes são um exemplo per-feito disso”, contou o pro-fessor Marcelo Freitas. O arquiteto Luiz Nunes mor-reu com apenas 28 anos de idade e deixou poucos pro-jeitos para os recifenses. “Se tivesse ainda vivo, ele seria

“Falta de informação faz com que os proprietários e empresas de engenharia ajam errado quanto à restauração”, diz a arquiteta Raphaela Siqueira

tão reconhecido no mundo quanto Lúcio Costa e Os-car Niemeyer”, disse ainda

Freitas.

O carioca Acácio Gil Borsoi (1924-2009) tem sete obras na capital per-nambucana. Uma delas é o Edifício Guajiru, no bai-rro de Boa Viagem, que foi projetado com três andares, apartamentos amplos com mais de 300 m², e constru-ído nos anos 60. Por volta de 2004, o terreno onde fi-cava o edifício foi compra-do e, no lugar, construído um novo prédio com 12 pavimentos. Outro projeto de Borsoi é um casarão que teve a fachada e o espaço interno descaracterizados para dar lugar a uma rede de *fast food* na Avenida Con-selheiro Aguiar, também no bairro de Boa Viagem.

O movimento Moderno foi um fenômeno do sécu-lo 20 que, desenvolvido nos ambientes europeu e norte-americano, chegou a todos os continentes, desde peri-feria aos centros das gran-

des cidades. A mudança no projeto original e, até mes-mo, a demolição de muitos prédios modernos têm sido possíveis devido à falta de

Casas com detalhes futuristas já estiveram na moda mas, hoje lutam para não serem derrubadas

agilidade do poder público para tombar esses patrimô-nios.

Segundo a arquiteta Ra-phaela Siqueira, “a falta de informação também faz com que os proprietários e as empresas de engenharia procedam de forma errada quanto à restauração, refor-ma ou reabilitação de edifí-cios desse tipo, comprometendo a sua autenticidade”.

Espigões modificam a paisagem

CAMILA LINDOSO

Prédios modernos e nas alturas. Os arranha-céus, assim chamados os edifícios que se sobressaem em termos de altura, enchem os olhos daqueles que apreciam a vista da cidade do Recife. A capital pernambucana é hoje a 21ª com mais prédios altos no mundo e está incluída, segundo a empresa alemã Emporis, dentro de um processo de verticalização que vem ocorrendo mundialmente.

“É uma tendência inevitável”, diz Maurício Rocha de Carvalho, professor do núcleo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Segundo o arquiteto, essa nova tendência teve início no século 19, nas cidades como Chicago e Nova York. Em um levantamento da empresa alemã Emporis, entre as cidades brasileiras, Recife só não é mais vertical do que o Rio de Janeiro e São Paulo como



Foto: Fernando Barros

ALTURA Prédios com mais de 30 pavimentos são cada vez mais comuns no cenário recifente

também é a quinta cidade com mais edifícios na América do Sul, chegando a estar à frente da cidade de Santiago, capital do Chile. O cenário do Recife começou a mudar com a construção dos primeiros arranha-céus, localizados em Boa Viagem: os edifícios Califórnia e Holiday. Os prédios foram construídos nos anos de 1958 e 1957, respectivamente, e são hoje considerados um marco histórico da arquitetura no Recife.

Para Rocha, o processo de

verticalização se dá por causa da valorização do solo, que faz com que as construtoras atendam à demanda existente no mercado. A violência, para o arquiteto, é um dos fatores que mais contribuem para acentuar o processo de verticalização, fazendo com que famílias passem a morar mais em prédios do que em casas “As pessoas procuram morar em edifícios que ofereçam todo tipo de lazer, como um verdadeiro clube”, comenta.

De acordo com a engenheira sanitária Maria de Lourdes Florencio dos Santos, o processo de verticalização causa problemas no abastecimento de água e, principalmente, na rede de esgotamento sanitário. “Não importa se o prédio tem 10 ou 40 andares, o fato que é você está colocando onde antigamente havia uma casa com 10 pessoas, cerca de 60 ou mais famílias”, diz a engenheira.

O edifício Maria Heloisa, em Boa Viagem, é um dos

prédios considerados “espigões”. Com 32 andares, o arranha-céu tem dois blocos e uma área de lazer completa. São, ao todo, 128 famílias morando em uma mesma localização. Segundo o encarregado do prédio, Xavier de Paula, 24 anos, responsável pela administração do Maria Heloisa, 10 funcionários trabalham no local, fora as 15 empresas terceirizadas. São ao todo 256 garagens distribuídas em três pavimentos e um semáforo em cada um deles para orientar os moradores.

De acordo com a pesquisadora “Produção Imobiliária no Processo de Organização do Espaço Metropolitano do Recife”, da arquiteta Suely Leal, o número de edifícios com mais de 30 pavimentos subiu de sete, entre os anos de 1980 a 1995, para 61, no ano de 2005. Na pesquisa, Boa Viagem se destaca como o bairro recifense que mais construiu prédios desde o início dos anos 90.

Torres gêmeas alteram tradição no centro

RAFAELA GALINDO

Conhecidas como Torres Gêmeas, os edifícios Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau, construídos às margens do Rio Capibaribe, no Cais de Santa Rita, vem provocando discussões ambientais e históricas. Esse empreendimento foi criado por uma das maiores construtoras da Região Nordeste, a Moura Doubeux.

Localizados em área tradicional do centro da cidade, perto das torres estão os armazéns de açúcar, igrejas e o Forte de São Tiago das Cinco Pontas. “Se forem construídas mais torres e o Recife começar a crescer verticalmente ali no bairro de São José, vai afetar o conjunto arquitetônico histórico, que precisa ser cuidado para que seja notado, respeitado e valorizado”, diz a professora de turismo da Unicap, Rosilei Montenegro.

Já para o arquiteto da Moura Doubeux, Jerônimo Da

Cunha, “o Recife tem muitos espaços vazios que precisam ser ocupados, a cidade tem que ser grande, alta. Ocupando o terreno horizontalmente, vai ocupar mais área verde. Fiz esse projeto porque é necessário mudar esse perfil e com base nisso vamos fazer um desenvolvimento semelhante, de alto padrão, no Cais Estelita”.

Os bairros de Santo Antônio e São José, guardam características peculiares, principalmente na sua forma urbana, como o contraste entre a altura do casario com as torres das igrejas.

Para a arquiteta e urbanista da UFPE, Juliana Melo, “estas torres eram os marcos referenciais destes bairros, hoje bastante diminuídas com as torres gêmeas, correm o risco de sumir completamente em meio à construção de outras.”

De acordo com a representante do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (Iphan), Ana Bittencourt, “para definir uma construção arquitetônica deste porte é necessário um estudo de preservação e impacto ambiental, que não foram feitos”. A professora de Biologia da Unicap, Goretti Soares, afirma que “a formação de espigões em frente às construções, sem um planejamento geológico e ambiental, pode afetar todo o conjunto de unidades e modificar os fluxos de energia de uma área costeira. É preciso pensar no ambiente e na forma como vai ser estruturada uma arquitetura para o bem estar de uma cidade e da população”.

Segundo o superintendente comercial da construtora Moura Doubeux, Tony Vasconcelos, “existem hoje cerca de 150 famílias morando com qualidade e uma bela visão. “Com as torres é possível preservar o Mercado de São José, a Matriz da Penha, estamos trazendo pessoas que vão usufruir dali”.



Foto: Rafaela Galindo

AS TORRES são acusadas de descaracterizar a paisagem da cidade

Grades e muros isolam as pessoas

GABRIELA VASCONCELLOS

Cidades rodeadas de muros, casas trancadas e pessoas isoladas. Esse é o quadro de boa parte dos centros urbanos brasileiros. Com o crescimento da violência e do medo, as cidades foram-se adaptando a um novo modelo social e a sua estética teve o mesmo destino. A arquitetura mudou e as casas e prédios estão cada vez mais parecidos com presídios e construções medievais, o que desencadeia em uma sociedade voltada para o indivíduo e sem contato entre si.

Os muros cresceram, as janelas ganharam grades, os portões foram automatizados, cercas elétricas foram instaladas. “Pânico, repressão de sentidos e falta de liberdade... Isso é a arquitetura do medo”, diz a arquiteta e consultora na área de sustentabilidade do Sebrae Luciana

Raposo.

Os edifícios se assemelham a guetos: oferecem complexos de lazer para as crianças e, em alguns casos, os moradores dispõem de pequenos mercados para evitar a saída. Além disso, os novos apartamentos estão prezando por ambientes bastante equipados. “Tenho projetado cozinhas *gourmet* porque as pessoas estão preferindo chamar os amigos para cozinhar em casa do que sair para restaurantes. Fora isso, os *home theaters* estão transformando a casa em cinema”, conta Luciana Raposo.

Poucos são os que caminham pelas ruas, observam as construções, sentem a atmosfera da cidade. Por outro lado, as redes sociais têm cada vez mais adeptos e pode-se viver uma “segunda vida” (fazendo referência ao jogo de computador *Second*

Life) sem “riscos”. Segundo o sociólogo e secretário municipal de Meio Ambiente por dois anos Roberto Arrais, “precisamos, sim, manter as redes de relacionamento, os bate-papos na internet, os 100, 200, 500 ‘amigos’ nas redes sociais. Mas é fundamental que não se perca o contato com a realidade concreta, saindo da realidade virtual e buscando a convivência com o outro”.

Essa sociedade que se forma traz consequências sociais e psicológicas. Segundo a terapeuta transpessoal e realizadora do curso, “O que é preciso para ser feliz?” Patrícia Vasconcellos, “aspectos como solidariedade e pertinência à comunidade são deixados de lado. Instalam-se a solidão e o medo do outro. Para aguentar a pressão, remédios para dormir, para colocar para baixo do tapete o vazio de uma vida



Foto: Gabriela Vasconcellos

ARAMES Violência e medo mudam estética da cidade

sem significado”.

A situação parece sem solução, mas especialistas têm pensado em formas para driblar a realidade. De acordo com Roberto Arrais, “deve-se ampliar os espaços de convivência, construindo mais praças e parques para que a relação social aumente”. Para a arquiteta Luciana Raposo, “a

solução para unir a segurança e a arte da arquitetura está, sobretudo, na tecnologia. Hoje, existem condomínios com fachadas de vidro, um belo jardim e bastante permeáveis. Esses edifícios dispõem de alta tecnologia em sistemas de segurança. Tudo é monitorado e interconectado”, disse a arquiteta.

Projetos inovadores e arquitetos ousados

BEATRIZ BRAGA

Levantar a âncora, ligar o motor e navegar rumo ao seu local de trabalho. Morar em uma casa flutuante no Rio Capibaribe soa um tanto estranho. No entanto, a graduanda do curso de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), Isadora Freire, apaixonou-se pela ideia e deu corpo ao projeto. Assim como a graduada, vários estudantes de Arquitetura olham o Recife sob uma perspectiva ousada e desenham projetos inovadores para combater seus problemas estruturais e sociais. Mas, por falta de incentivo, a maioria deles acaba engavetada.

Isadora Freire nunca aceitou bem o fato de a cidade ser famosa por suas pontes e rios e, ao mesmo tempo, a população não se envergonhar de jogar lixo no Capibaribe. “É preciso criar a consciência de que podemos usá-lo com maturidade”, afirma. O projeto con-



Foto: Beatriz Braga

CASA FLUTUANTE no rio Capibaribe é o sonho da estudante Isadora Freire

siste em reservar o trecho da bacia do Pina para abrigar pequenas casas flutuantes. As moradias teriam uma estrutura naval com o auxílio de outra feita com garrafa Pet. Entre os detalhes ousados do projeto está o sistema de esgoto das casas. Formado por duas etapas, a primeira é um jardim de plantas capazes de absorver os dejetos, e a segunda um depósito por-

tátil a ser recolhido em um ponto de coleta da cidade. O trabalho de Isadora se apoia em projetos de revitalização do Rio, como o Recapibaribe e Capibaribe Melhor.

ABANDONO

No caso da estudante Carolina Brasileiro, o seu desejo era dar vida às edificações ociosas e esquecidas do Recife. Dessa ideia,

surgiu o projeto intitulado “Das ruínas do 13 de Maio: experimentação, fracasso e potencialidades”. Brasileiro escolheu o edifício 13 de Maio, no Bairro de Santo Amaro, feito por Heitor Maia Neto, em 1960. O prédio é um emblema do Movimento Moderno e foi pensado para abrigar um projeto arrojado de moradia coletiva. Mas a obra não foi

concluída e terminou abandonada. Brasileiro propõe três soluções para resgatar a ideia de convivência coletiva pensada por Maia Neto. O retorno ao projeto original, voltado para a habitação de várias famílias, uma segunda dedicada ao convívio de estudantes ou funcionários de uma determinada instituição e, por fim, uma destinada a profissionais autônomos.

Acesso ao Rio Capibaribe, consciência sustentável, soluções para edificações abandonadas. A nova geração dos estudantes deseja uma cidade mais coerente. A estudante de arquitetura da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Maria Amélia Ramalho diz que “o jovem prestes a sair da universidade às vezes tem estímulos e sonhos que os veteranos já perderam no meio do caminho, a cidade precisa disso.” O que os estudantes propõem é um olhar mais demorado nas ruas do Recife a fim de enxergar suas verdadeiras potencialidades.

Casarão sobrevive como salão de festa

EMANUELE CARVALHO

Herdados do período colonial, os casarões são cada vez mais substituídos por edificações verticais. Mas uma lei, instituída em 1997, garante a permanência de casarões em construções recentes. Essa mudança é vista de forma positiva por moradores, como Hermínia Campos, que optou por um prédio com esse estilo, o que inclusive se alia à ideia de segurança e beleza que o contraste pode trazer à cidade.

A escolha que Hermínia, de 70 anos, fez foi exatamente pensando nos dois aspectos. Ela trocou a antiga casa, no bairro de Boa Viagem, por um apartamento na Zona Norte do Recife. O endereço escolhido é um dos mais nobres da cidade, avenida Rosa e Silva, no bairro dos Aflitos. Além do mais, ainda ganhou de presente a vista para uma casa, em estilo clássico. “É uma maravilha ter uma casa dessa no pré-

dio em que moro. Até porque é uma pena colocar essa moradia abaixo”, avalia a moradora.

O casarão pertencia ao tenente Costa Azevedo, fazendeiro e dono de engenho.

É uma construção do século 19, muito imponente e vistosa. Guarda ainda os vitrais decorados e o piso de taco, tudo como era antes. Mas uma diferença é rapidamente percebida, em vez de ser usado para abrigar famílias,

o casarão do tenente Costa serve como espaço de convivência para os moradores do prédio em que mora Hermínia. O edifício leva o nome do antigo morador da casa e abriga hoje 64 famílias, o que, para a moradora, é sinônimo de segurança. “Sempre quis morar em apartamento para me sentir mais

segura e, depois que fiquei viúva, escolhi este. Acredito que seja um dos primeiros a manter a casa colonial em seu terreno”, diz.

O casarão é um dos 154 Imóveis

Especiais de Preservação (IEP) existentes na cidade do Recife. As construções recentes devem respeitar a Lei 16.284, criada em 1997, a qual obriga a permanência do antigo imóvel no terreno, sendo proibida a demolição ou alteração

do prédio. Mas, segundo o arquiteto Nilson Andrade, mestre em desenvolvimento urbano pela UFPE e professor da Unicap, essa lei não é respeitada. “Por serem as casas muito grandes, são, muitas vezes, modificadas. Além do mais, não é pensada a harmonização das duas moradias”, diz o arquiteto.

Lei de 1997 garante permanência de casarões em estilo clássico nas construções mais recentes

O desrespeito às antigas moradias é um aspecto citado também pela arquiteta e urbanista Andréa Storch, professora da Universidade Católica de Pernambuco. Andréa acredita que essas construções não estão sendo executadas como deveriam. “A possibilidade de preservar a história é válida, porém é como se projetassem um edifício vertical desconsiderando o antigo. Isso descontextualiza a proposta”, analisa a professora.

Esse tipo de construção, ainda segundo a arquiteta, deve respeitar o projeto arquitetônico da cidade, levando em consideração a existência do casarão realizando um projeto baseado na estrutura do prédio. “Deveria existir uma consciência maior em relação a isso. É legal que exista a preservação, mas ela deve ser harmônica de se ver. Os prédios são muito padronizados e isso impede a criação”, afirma a arquiteta Andréa Storch.

Bairro do Recife enfrenta decadência

MARIANA BARROS DE ALMEIDA

Um cenário de cartão-postal de Pernambuco vem sendo esquecido pelas autoridades. O Bairro do Recife tem como atração principal as construções centenárias que abrigam bares e vários tipos de instituições. Edifícios antigos que deveriam ser cuidadas como um verdadeiro patrimônio da população, mas que estão caindo aos pedaços ou não seguem um padrão de cuidados específicos. O bairro inteiro é tombado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o que quer dizer que é obrigação do órgão proteger legalmente o local de destruições ou descaracterizações.

Mas a realidade é que muitos destes prédios estão perdendo a característica da época em que foram construídos. Seja por falta de cuidados ou excesso de reformas e pinturas que alterem a sua originalidade. Até para proteger um patrimônio, é grande a burocracia. Muitos proprietários não têm dinheiro para manter a revitalização dos edifícios. A Prefeitura do Recife isenta os donos de várias maneiras, dando grandes descontos no IPTU se os prédios forem conservados, o que de fato não acontece para a

maioria. A assessoria de imprensa da PCR informou que, a partir de 2012, proprietários de edificações tombadas no Recife e em outras regiões, poderão contar com o financiamento com recursos do PAC das Cidades Históricas, programa do governo federal.

Mas não é só de dinheiro que se precisa para reformar um bem cultural da população. O arquiteto José Luiz Mota Menezes diz que “mesmo que o proprietário possua todos os recursos para a realização de uma obra, é extremamente necessário o acompanhamento de profissionais na área de arquitetura e arqueologia, para que nada da história desses casarões sejam apagadas ou destruídas”. É aí que entra o Iphan, o órgão responsável por esse tipo de fiscalização e acompanhamento. O superintendente local do Iphan, Frederico Almeida, afirma os proprietários já tiveram direito a vários tipos de financiamento e a situação não foi resolvida.

Abandonado pela classe média durante as décadas de 60 a 80, o Bairro do Recife começou a ser restaurado no início dos anos 90 e tornou-se logo um ponto turístico. Após alguns anos, o local foi abandonado novamente e agora funciona precariamente, apesar dos projetos para sua revitalização.



TRADICIONAL Prédios do Bairro do Recife precisam de manutenção

Foto: Leila Jinkings

Rua Velha sofre com degradação

DESCASO Algumas casas da rua Velha estão ameaçadas de cair



Foto: Alexandre Dias de Amorim

ALEXANDRE DIAS DE AMORIM

A tradicional rua Velha, que há mais de 200 anos foi traçada para facilitar a ligação entre os bairros da Boa Vista e o de São Pedro e São José, serve hoje de passagem para carros, ônibus e caminhões. Das casas com beirais neoclássicos que remetem ao século 19, sobraram construções tomadas por famílias de baixa renda e comércios ilegais.

Os sinais da degradação estão ali para todo mundo ver: oficinas mecânicas, depósitos de entulhos, bares, intervenções que descaracterizam o ambiente propício para moradia. Nas casas, a maioria abandonadas pelos proprietários, famílias se apossaram do espaço e o utilizam também como pon-

to para comércio de drogas, marcando assim o processo de descaso e marginalização no qual se encontra a rua Velha.

Segundo Lorena Veloso, arquiteta e coordenadora da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), órgão da Prefeitura do Recife, o controle de áreas como essa deve ser um trabalho em conjunto com a sociedade. “Não intervimos legalmente no que é feito nessas moradias. Mas, sim, fiscalizamos e planejamos estratégias de revitalização para os espaços de patrimônio, o que inclui a rua Velha. Os cidadãos têm que denunciar os casos de irregularidade, a exemplo desses comércios ilegais, para que, assim, passemos para a Diretoria de Controle Urbano (Dir-

con), e eles tomem as devidas providências”, afirmou.

No último levantamento feito, em 2007, pela DPPC, sobre as condições da rua Velha, foi observado que grande parte das casas do

“A rua é suja, e muitos traficantes circulam por aqui”, diz o microempresário Ademar da Cunha

local estão danificadas, desde os assoalhos tomados pelo cupim, as fachadas que sofreram modificações, a abertura e o fechamento de vãos sem acompanhamento técnico, retirada dos telhados originais, além da defa-

sagem dos sistemas elétrico e sanitário.

A gerente de controle urbano da DPPC, Cecília Vargas, contou que já chegou ao ponto de o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expedir um mandado de prisão para o dono de um desses imóveis, que desde 2008 está com risco de desabar. “Constatamos que não só esse proprietário, mas outros possuem condições financeiras privilegiadas. E, mesmo assim, muitas casas estão quase caindo”, declarou.

Para o microempresário Ademar da Cunha, que, desde 2009, é dono de um salão de beleza na rua Velha, é difícil manter-se no local. “A rua visualmente é suja, e muitos traficantes circulam por aqui. Isso afasta as pessoas. Só não sai ainda porque

pago um aluguel barato e não tenho outro ponto para me mudar”, disse.

O professor Darciel Santos, mestre em patrimônio histórico pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), destaca a importância de se preservar uma das últimas ruas construídas para moradia antes da expansão urbana que ocorreu no século 19, quando o Recife se tornou a capital do Estado.

“A rua Velha possui um conjunto de casas e cortiços que guardam a história do bairro da Boa Vista. Não conservar um espaço como esse, seria apagar a memória de um tempo em que as pessoas circulavam de charretes e cavalos nas ruas, em vez de ônibus, e resumir esse bairro ao centro comercial que é hoje”, afirmou Santos.

Condomínio ameaçado no Pina

BERNARDO VALENÇA

Em 2002, a arquiteta Suely Leal foi convidada para um coquetel na sede da construtora Moura Dubeux. Comidas e bebidas à vontade, na presença de vizinhos e do amigo, também arquiteto, Carlos Fernando Pontual. Era dele o projeto que seria apresentado na ocasião: quatro prédios de quase quarenta andares. Onde? No mesmo lugar onde mora e morava a arquiteta: o condomínio Joanna Dhália da Silveira, em Boa Viagem.

A Moura Dubeux apresentava o projeto exclusivamente aos moradores do condomínio, junto com a proposta de troca das casas pelos novos apartamentos. Não era a primeira vez que uma empresa se interessava pelo local, mas Suely sabia que agora o processo seria irreversível.

De lá para cá, foi vendo o condomínio sendo abandonado. Os antigos proprietários vendendo as casas. Hoje, ape-

nas 10 das 21 estão ocupadas e as demais sofrem com o abandono: mofo, paredes quebradas ou descascadas, mato até o joelho, piscinas com água escura, além da presença de bichos como ratos, mosquitos e baratas. Não é mais um lugar adequado para se passear com as crianças, como Suely costumava fazer com os netos e filhos. “Um dos meus netos, de cinco anos, disse recentemente: ‘já está bom de derrubar, vovó. Está ficando ruim.’”

Com mais de 12 mil metros quadrados, o condomínio Joanna Dhália possui uma área privilegiada em Boa Viagem. A rede de supermercados Carrefour e outras construtoras, além da Moura Dubeux, procuraram comprar o local. Para as empresas, os imóveis não superaram o valor do terreno, mesmo que haja uma importância histórica neles. “Em qualquer lugar do mundo, essas empreiteiras seriam consideradas criminosas”, diz o arquiteto especialista em

desenvolvimento urbano pela Universidade Politécnica da Catalunha, Pedro Guedes.

Na década de 70, auge do modernismo no Recife, o condomínio trazia uma ideia nova de planejamento urbano. Ao contrário de hoje – com as diversas modificações sofridas nas casas – não possuía muros

Construtoras querem destruir conjunto residencial de valor histórico

e se adequava perfeitamente ao estilo modernista da época. O arquiteto paraibano Glauco Campello assinava o projeto original.

Quando ainda trabalhava com Oscar Niemeyer, Campello morou em um conjunto habitacional na avenida W3, em Brasília. O Joanna Dhália segue uma lógica parecida. São casas ligadas

“ombro a ombro”, com uma única viga estrutural segurando toda a fileira de residências. O modelo foi pioneiro no Recife.

“É um projeto fantástico de Glauco”, afirma o arquiteto Luiz Amorim, autor do livro “Obituário arquitetônico. Pernambuco modernista”, em que lista as casas do estilo que já não existem mais. “Pena que será mais uma morte anunciada”. Esse tipo de “morte”, segundo o livro de Amorim, é o mais frequente. Suely Leal compartilha a metáfora. “Hoje o condomínio é um verdadeiro cemitério urbano. As casas estão literalmente mortas.”

Marina Mattos é estudante de arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco. No primeiro semestre de 2011, fez um trabalho sobre Glauco Campello. Ela e dois colegas visitaram o Joanna Dhália. Mattos diz ter-se impressionado com o residencial. “Mesmo estando mal cuidado, ainda há nele vários elementos que são

típicos da arquitetura moderna.” A estudante notou detalhes como o fato de as casas não serem muito largas, para que a luz entre com facilidade nos cômodos. E da estrutura, que é toda pensada para facilitar a ventilação.

Luiz Amorim defende que haja uma sensibilização da população quanto à preservação do patrimônio arquitetônico. “As pessoas precisam tratar essas construções como obras de arte, não como simples edificações. Fazem parte da história cultural da cidade.” Aos 77 anos, Glauco Campello já não vê muita esperança nesse sentido, ele teve dois outros projetos seus demolidos em Pernambuco para dar lugar a prédios. Pelo telefone, do seu escritório no Rio de Janeiro, lamenta: “o grande problema é a força avassaladora da especulação imobiliária, não tem quem controle, nem quem possa enfrentar. Mas devemos lutar, devemos sempre lutar”.

Pátio de São Pedro já teve dias melhores

YURI BRUSCKY

O desenvolvimento do Pátio de São Pedro, tendo como referência a construção a Igreja de São Pedro dos Clérigos, no século 18, demonstra a forma como se constituiu o urbanismo de uma cidade como o Recife. A intensa urbanização da cidade no início do século 20 modificou a maneira como as edificações do local são percebidas pelas pessoas que caminham pelo seu entorno.

Localizada no bairro de São José, região central do Recife, a igreja de São Pedro dos Clérigos começou a ser construída em 1728, sendo concluída em 1782. O projeto da construção foi encomendado ao “mestrepedreiro” Manuel Ferreira Jacome pela Irmandade dos Clérigos, confraria religiosa fundada em 1700. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1938, o con-

junto arquitetônico do Pátio de São Pedro tem como centro a igreja.

“Mesmo os sobrados, que possuem mais de um pavimento, são menores que a igreja, que possui uma escala monumental, como elemento do poder eclesástico e como elemento de estruturação urbana e social”, afirma o professor do departamento de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Maurício de Nassau, André Lemoine, autor do estudo “Os edifícios religiosos e a estrutura urbana dos Bairros de Santo Antônio e São José – 1654-1800”.

Com a urbanização do centro do Recife a partir do século 19, as construções residenciais cederam cada vez mais espaço para pontos comerciais.

O pátio já viu dias melhores. O crescimento desordenado do comércio na região e a falta de um projeto de revitalização do centro

do Recife fizeram com que o pátio perdesse um pouco do brilho que tinha no período lembrado pelo poeta.

Exemplo disso é o grupo de escritores e boêmios que frequentavam a região entre as décadas de 1980 e 1990, conhecido como a Geração do Pátio. “Nós considerávamos aquele lugar um altar. Chegamos a ir ao prefeito pedir melhorias para lá. Fazíamos estudos sobre a arquitetura e a ocupação das casas, sobretudo as dos bares em que bebíamos”, relembra o poeta Vital Corrêa de Araújo, que, nesse período, frequentou o pátio diariamente.

O comerciante Paulo Roberto Pinheiro, proprietário do bar Buraco do Sargento, em funcionamento há 38 anos, diz que as críticas ao estado de conservação do local são frequentes. “A igreja está até um pouco inclinada. A lateral mesmo está cheia de pichações”, diz Pinheiro.



CENTRO DA CIDADE A
Igreja de São Pedro dos Clérigos é o ponto central do pátio

Foto: Yuri Bruscky